

EXPLORANDO OS DETERMINANTES DO BEM-ESTAR FINANCEIRO NO BRASIL

Guilherme de Oliveira Lima Cagliari Marques

Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pela USP. Doutor em Teoria Econômica pela USP.


E-mail: guilherme.lima@ufabc.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7570-3929>

Allyson Rafael de Almeida Gois

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do ABC (UFABC). Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). Atua no setor financeiro.

E-mail: allyson.fael@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-0264-012X>

Como citar este artigo: Marques, G. de O. L. C., & Gois, A. R. de A. (2022). Explorando os determinantes do bem-estar financeiro no Brasil. *Revista de Economia Mackenzie*, 19(1), 191–215. doi:10.5935/1808-2785/rem.v19n1p.191-215

Recebido em: 11/09/2021

Aprovado em: 11/03/2022



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional

Resumo

Este estudo aborda os determinantes do bem-estar financeiro no Brasil a partir da estimação dos efeitos associados às características individuais, socioeconômicas e escolhas de investimento. A pesquisa foi baseada nos dados da sondagem Comissão de Valores Mobiliários/Serviço de Proteção ao Crédito (CVM-SPC) realizada em 2019, que envolveu as principais regiões metropolitanas do país. A partir da identificação de produtos financeiros consumidos, foram encontrados sinais da relevância da educação financeira sobre o bem-estar financeiro dos brasileiros. Os resultados corroboram a hipótese de que o nível de renda é um dos principais determinantes do bem-estar financeiro e indicam evidências claras de diferenças entre os gêneros. Os fatores vinculados à região e à escolaridade mostraram resultados diferentes do esperado, revelando indícios de que aspectos econômico-regionais são relevantes na determinação do nível de bem-estar financeiro dos brasileiros.

Palavras-chave: bem-estar financeiro; educação financeira; finanças comportamentais; finanças pessoais; variáveis socioeconômicas.

Classificação *JEL*: D69, G4, I22 e I31.

INTRODUÇÃO

O conceito de bem-estar financeiro (BEF) tem sido estudado sob várias perspectivas nos campos da economia, da administração, de finanças, da sociologia e da psicologia (Williams et al., 1996; Donkers & van Soest, 1999; Grable & Joo, 2004; Dowling et al., 2009; Gardarsdottir & Dittmar, 2012; Plagnol, 2011; Vitt, 2004; Shim et al., 2009; Kahneman & Krueger, 2006). Na frente econômica das pesquisas, estudos têm se dedicado a identificar os principais fatores socioeconômicos que definem o nível de BEF dos indivíduos. Determinadas características individuais, financeiras, socioculturais, geográficas e macroeconômicas são percebidas como determinantes no nível de BEF em diferentes grupos de indivíduos (Kim et al., 2003; Penn, 2009; Malone et al., 2010; Gutter & Copur, 2011; Plagnol et al., 2011; Binswanger & Carman, 2012; Diniz et al., 2014; Joo & Grable, 2004; Grable et al., 2015; Campara et al., 2017).

Uma linha de pesquisa em particular na análise dos determinantes do BEF é aquela que enfoca o papel da educação financeira (Chen & Volpe, 1998; Johnson & Sherraden, 2007; Lusardi et al., 2010; Taft et al., 2013; Rabbani

et al., 2021). De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o objetivo último da educação financeira é promover o BEF das pessoas. No Brasil, a crescente demanda por conteúdos de educação financeira vem ensejando ações de importantes instituições brasileiras públicas e privadas. Recentemente, o Banco Central do Brasil (Bacen), por exemplo, colocou a disseminação da educação financeira como um dos pilares de seu planejamento estratégico institucional. Entre os principais fatores que explicam esse crescimento, está o aumento de investidores individuais aplicando recursos próprios sem a contratação de gestores institucionais. Dados do Tesouro Nacional mostram, nos últimos anos, um forte crescimento do número de investidores no programa Tesouro Direto, que passou de 17,9 mil, em agosto de 2005, para 1,3 milhão em junho de 2020. O crescimento do número de investidores individuais na bolsa de valores também se intensificou no período. Em 2015, o número de investidores reportado pela bolsa de valores B3 era de 557 mil. Em julho de 2020, esse número subiu para 2,18 milhões.

Quantificar empiricamente o BEF é uma das agendas de pesquisa que envolve tanto a academia quanto organizações, públicas e privadas (Netemeyer et al., 2018). No Brasil, uma parceria entre a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) calculou em 2019 uma medida de BEF para os brasileiros a partir de informações coletadas nas principais macrorregiões do país. A definição de BEF que orientou a sondagem se baseia em uma proposta do Consumer Financial Protection Bureau (CFPB), órgão norte-americano de proteção ao consumidor. A sondagem da CVM-SPC, além das questões sobre finanças pessoais para o cálculo do *score* do BEF, coletou uma gama de informações adicionais sobre as características dos entrevistados, como idade, sexo, nível educacional, renda familiar, hábitos e escolhas com relação à gestão dos recursos financeiros e suas percepções sobre a situação econômica do país. A partir dos dados dessa pesquisa, algumas questões importantes podem ser exploradas acerca dos determinantes do BEF no Brasil e suas diferenças vinculadas às características da população e regionais.

Apoiando-se nas informações da sondagem CVM-SPC, o objetivo deste trabalho é investigar a influência de variáveis socioeconômicas sobre o BEF do brasileiro e a existência de diferenças de BEF condicionadas às características individuais relativas ao gênero e à região geográfica. A análise desenvolvida foi baseada em métodos econométricos envolvendo variáveis qualitativas e numéricas. A influência da educação financeira sobre o BEF foi abordada a partir das informações sobre produtos financeiros diversificados demandados pelos entrevistados.

Identificar os fatores determinantes do BEF e mensurar seus efeitos possui relevância tanto para o interesse público governamental quanto para o interesse privado. Pelo lado do governo, a identificação de diferenças regionais ou relacionadas ao gênero, por exemplo, pode ajudar a desenhar ações específicas para ampliar o BEF e reduzir a desigualdade neste quesito entre os brasileiros. Pelo lado privado das empresas, o desenvolvimento de produtos e serviços que afetem positiva e significativamente a sensação de BEF pode trazer benefícios para seus clientes e, portanto, para as próprias instituições.

O restante deste trabalho está organizado da seguinte forma: na seção 1 é feita uma revisão da literatura relacionada ao tema do BEF. A seção 2 retrata as definições e conceitos de bem-estar financeiro considerados no trabalho. A seção 3 faz uma apresentação dos dados utilizados no estudo e expõe os principais aspectos da metodologia econométrica adotada. Na seção 4, são discutidos os resultados das estimações e algumas interpretações. Na sequência, são expostas as considerações finais do trabalho e apresentadas as perspectivas para futuras extensões deste estudo.

1

REVISÃO DA LITERATURA

A literatura econômica registra diferentes definições para o BEF. Kim et al. (2003), por exemplo, definem-no como uma função das características e comportamentos individuais e de eventos de estresse financeiro. Malone et al. (2010), por sua vez, definem BEF como um estado em que o indivíduo está financeiramente saudável, feliz e livre de preocupações. Na concepção de Pravititz et al. (2006), BEF é um *continuum* que se estende de um sentimento negativo a um sentimento positivo sobre os níveis de estresse e de bem-estar emanados em decorrência da condição financeira pessoal. Para Goldsmith (2000), BEF também é caracterizado pela segurança, do indivíduo ou da família, contra riscos econômicos, como desemprego, doenças, falência e pobreza. Na mesma linha, Brügggen et al. (2017) conceituam BEF como a percepção do indivíduo de ser capaz de sustentar seu padrão de vida presente e futuro e sua liberdade financeira.

Na literatura são encontradas formas distintas de mensuração do BEF. As medidas subjetivas são baseadas na percepção pessoal sobre o grau de satisfação com as finanças pessoais. As medidas objetivas utilizam indicadores quantita-

tivos sobre o acesso ao consumo, nível de renda e capacidade de poupança. A pesquisa desenvolvida por Netemeyer et al. (2018), por exemplo, propôs uma escala que fundamentou a construção de um instrumento para quantificação do nível de BEF individual. O instrumento baseia-se em questões sobre a condição financeira presente do entrevistado e sua expectativa futura sobre sua independência financeira.

Determinados autores dedicaram-se a investigar ao redor do mundo a relação entre BEF e variáveis sociodemográficas. Grable et al. (2015), por exemplo, resumem os resultados apontando que há evidências de que fatores sociodemográficos, nível de estresse financeiro, comportamento e conhecimento financeiro são determinantes da satisfação financeira dos indivíduos. Analisando uma amostra de jovens universitários, Gutter e Copur (2011) observaram que o nível de BEF difere de acordo com características demográficas, étnicas e socioeconômicas. Os grupos de homens, de brancos e de solteiros apresentaram BEF significativamente maior do que os grupos de mulheres, de não brancos e de não solteiros, respectivamente. Além disso, o estudo mostrou diferenças de BEF relacionadas a características financeiras: no tocante à renda, o *score* de bem-estar foi maior para grupos de maior renda. Penn (2009) estudou os fatores associados ao BEF de indivíduos de uma cidade no sudoeste dos Estados Unidos. O estudo identificou quatro fatores preponderantes: o nível de renda familiar, a posse de plano de saúde, casa própria e a presença de crianças no domicílio.

Malone et al. (2010) analisaram a relação entre o BEF de mulheres e seu arranjo familiar, controlando para variáveis socioeconômicas como idade, educação e renda familiar. Os resultados mostraram que a renda familiar é um determinante importante do quão positivamente as mulheres avaliam a própria situação financeira. Os resultados mostraram que o grupo de mulheres com mais idade e com maior nível educacional apresenta percepção mais positiva com relação à vida financeira. A idade é tradicionalmente considerada positivamente relacionada com o nível de BEF. De acordo com Binswanger e Carman (2012), o avanço na idade propicia uma maior acumulação de riqueza. De acordo com Plagnol et al. (2011), as análises tradicionais mostram que há um impacto positivo da idade sobre a satisfação financeira, a despeito da queda da renda. O trabalho sugere que um aumento dos ativos financeiros e tangíveis, bem como a queda das dívidas, contribui para o aumento da satisfação financeira ao longo da vida e propõe o emprego de medidas de riqueza nas análises de satisfação financeira, e não apenas a renda.

Taft et al. (2013) oferecem evidências de que um maior nível de “letramento financeiro” conduz a um maior nível de bem-estar e a menores preocupações

financeiras. Além disso, os autores identificaram uma relação positiva entre a idade, nível de educação e BEF. Com relação ao gênero, o estudo relata que os homens apresentam indícios de possuírem níveis de BEF maiores, embora não tenha encontrado resultados estatísticos satisfatórios. O estudo promovido por Lusardi et al. (2010) indica que os jovens norte-americanos carecem de conhecimento financeiro básico para tomar decisões sobre suas finanças pessoais. Chen e Volpe (1998) realizaram um estudo baseado em um questionário com alunos universitários norte-americanos de diferentes cursos. Os autores relataram que a capacidade de os jovens tomarem decisões financeiras corretamente é baixa, mesmo entre estudantes nas áreas de negócios. Johnson e Sherraden (2007), por sua vez, indicam que a educação financeira formal tem efeito limitado no caso de jovens cujas famílias não têm acesso a serviços de instituições financeiras. Kim et al. (2003) avaliaram o impacto de consultorias financeiras sobre o BEF percebido e seu efeito sobre a saúde dos indivíduos. Os autores encontraram evidências de que, com efeito, essas consultorias melhoram as variáveis financeiras e de saúde. Esses resultados reforçam a percepção de que as finanças não são uma dimensão isolada, mas conectam-se com outras dimensões da vida do indivíduo. Como pontuam Williams et al. (1996), os problemas financeiros podem afetar o convívio familiar e a produtividade.

No Brasil, Diniz et al. (2014) analisaram o nível do BEF dos maranhenses. Seus resultados mostraram que as características individuais associadas ao maior nível de BEF são: estado civil casado(a), pertencer à etnia branca, possuir idade mais elevada, maior nível de renda e pertencer à classe do funcionalismo público. Campara et al. (2017) avaliaram a satisfação global de vida e o BEF enfocando os indivíduos de baixa renda beneficiários do programa Bolsa Família em 31 municípios do estado do Rio Grande do Sul. O estudo identificou que o nível de endividamento é o principal fator que afeta negativamente o BEF do público enfocado no estudo.

2

O BEM-ESTAR FINANCEIRO SEGUNDO O CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU

De acordo com a definição proposta pela CFPB em 2015, BEF é um estado em que o indivíduo apresenta controle sobre as próprias finanças; capacidade

de absorver choques financeiros; liberdade para fazer escolhas que lhe permitam aproveitar a vida e a perspectiva de alcançar seus objetivos financeiros. Como pontua o CFPB, essas quatro dimensões dizem respeito à segurança financeira e à liberdade dos indivíduos para fazerem escolhas, tanto no presente quanto no futuro. Com base na literatura científica sobre o tema e em resultados de pesquisas qualitativas, o CFPB propôs em 2019 a medida *score* de BEF. O indicador foi construído para assumir valores entre 0 e 100, de forma a representar em ordem crescente os níveis de BEF. Pela proposta, o *score* pode ser calculado baseando-se em um questionário contendo dez perguntas. As questões refletem a percepção dos indivíduos sobre a sua vida financeira no presente e suas expectativas para o futuro e contemplam as quatro dimensões que definem o BEF na concepção da instituição. As questões foram construídas procurando avaliar a capacidade dos indivíduos de lidarem com despesas inesperadas, a possibilidade de aproveitar a vida no presente, a sobra de renda no final do mês e a capacidade de fazer gastos não essenciais, como oferecer um presente a alguém, sem que isso comprometa o orçamento.

A Tabela 1 retrata as respostas relativas às dez questões utilizadas na composição do *score* de BEF pela sondagem CVM-SPC. De acordo com os resultados, dispor de recursos financeiros sobressalentes ao final do mês, um dos quesitos avaliados, é uma das principais dificuldades para o brasileiro. Apenas 9% dos entrevistados responderam que alcançam esse objetivo com frequência, ante 64%, que responderam que nunca ou raramente guardam recursos. Com relação à reserva de emergência, apenas 10% se sentem descritos pela frase “*Eu poderia arcar com uma despesa significativa inesperada*”, ante 64%, que não se sentem descritos. A “*possibilidade de aproveitar a vida*” descreve bem a situação de 16% dos entrevistados. A sondagem também mostra que um gesto como presentear alguém poderia deixar um quarto dos brasileiros em situação difícil, mas não seria um problema para 47%. Os entrevistados dividem-se diante da afirmação de que a situação financeira controla sua vida: 31% dizem que isso acontece frequentemente, 36% dizem que isso acontece às vezes, e 32% alegam que isso nunca ou raramente acontece.

Tabela 1

Questões-base do score de bem-estar financeiro

	Descreve pouco ou nada	Descreve mais ou menos	Descreve bem ou muito bem
Eu poderia arcar com uma despesa significativa inesperada.	63,4%	25,1%	11,5%
Eu estou assegurando meu futuro financeiro.	52,8%	27,3%	20,0%
Por causa da minha situação financeira, eu sinto que nunca terei as coisas que quero na vida.	51,9%	26,4%	21,8%
Eu posso aproveitar a vida por causa do jeito que estou administrando meu dinheiro.	56,1%	27,9%	16,0%
Minha situação financeira me permite apenas sobreviver e não viver plenamente.	39,9%	26,8%	33,4%
Eu estou preocupado que o dinheiro que tenho, ou que irei economizar, não irá durar.	42,5%	27,8%	29,8%
	Nunca ou raramente	Algumas vezes	Sempre ou frequentemente
Dar um presente de casamento, aniversário ou outra ocasião prejudicaria as minhas finanças no mês.	40,5%	31,8%	27,8%
Eu tenho dinheiro sobrando no final do mês.	60,1%	30,0%	9,9%
Estou deixando a desejar no cuidado com minhas finanças.	40,8%	37,1%	22,1%
A minha situação financeira controla minha vida.	34,3%	36,6%	29,1%

Fonte: CVM e SPC (2019).

3

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados utilizados neste trabalho foram constituídos a partir de uma amostra da população brasileira com 800 observações coletadas pela sondagem CVM-SPC em dezembro de 2019. A coleta, sendo parte presencial e parte *on-line*, abrangeu 12 capitais brasileiras: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Dessa forma, todas as cinco macrorregiões do país foram contempladas na pesquisa.

Foram avaliadas 39 variáveis, envolvendo o índice *score* de BEF, variáveis relativas às características individuais e socioeconômicas, região, endividamento e escolhas de produtos financeiros. O Apêndice 1 expõe as variáveis utilizadas no trabalho. A renda declarada dos indivíduos foi segmentada em oito níveis para a construção da variável renda utilizada no estudo. No primeiro

nível, a renda familiar é igual ou inferior a um salário-mínimo; no segundo nível, entre um e dois salários-mínimos; no terceiro, entre dois e três salários-mínimos; no quarto, a renda familiar está entre três e cinco salários-mínimos; no quinto, entre cinco e sete salários-mínimos; no sexto, entre sete e dez; no sétimo, entre dez e 15; e, por fim, no oitavo, acima de 15 salários-mínimos. Na variável escolaridade, consideramos três níveis de instrução: ensino fundamental completo ou incompleto; indivíduos com ensino médio completo ou incompleto e indivíduos que ao menos ingressaram na educação superior, podendo ter concluído ou não. As variáveis *dummy* para as cinco regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) foram construídas a partir das informações de moradia dos entrevistados. A variável mulher é representada por uma variável *dummies* com valor unitário para o gênero feminino e zero para o masculino. Considerou-se também uma variável *dummy* indicativa do acesso ao crédito rotativo (cartão de crédito e cheque especial), outra para endividamento (empréstimos ou financiamentos ativos) e outra para o acesso a investimentos mais sofisticados, desconsiderando-se a caderneta de poupança, dinheiro mantido na conta corrente e/ou em casa. Por fim, foram criadas variáveis de interação envolvendo as dimensões gênero, renda e educação, a fim de investigar indícios de efeitos diferenciados de renda e escolaridade sobre o BEF em função do gênero.

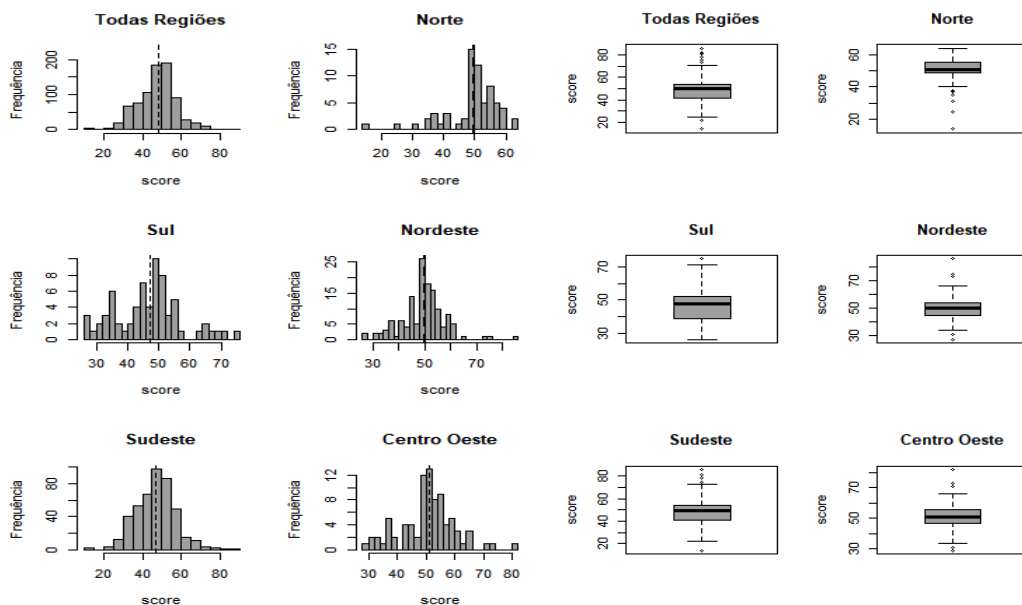
Os dados da pesquisa mostram que no período o nível médio de BEF medido pelo *score* do brasileiro registrou 47,4 pontos com desvio-padrão de 9,9 pontos. A Figura 1 mostra os gráficos da distribuição do *score* agregado, suas aberturas por regiões e os respectivos gráficos *box-plot*.

A Tabela 2 resume as informações estatísticas sobre as variáveis e suas participações regionais. Observa-se que a região Centro-Oeste apresenta o maior *score* de bem-estar financeiro entre as cinco regiões do país e a região Sul, o maior desvio-padrão. Além disso, quase metade da amostra revelou estar desocupada (sem trabalho, independentemente de estar buscando emprego ou não); 43,1% informaram estar na primeira faixa de renda e um quinto relatou ter empréstimos e/ou financiamentos ativos no momento da pesquisa.

A Tabela 3 retrata as diferentes formas de manter recursos financeiros consideradas pela sondagem. As formas conservadoras possuem amplo predomínio entre o total de respostas. Aplicações em caderneta de poupança constituem a forma mais citada pelos entrevistados que possuem reserva financeira, 62%, representando mais que o dobro dos percentuais referentes às segunda e terceira formas mais citadas: manter recursos em casa (27,1%); e manter recursos em conta corrente em instituições bancárias (23,1%). Aplicações em previdência privada e em fundos de investimentos seguem na lista de preferência, com 8,1% e 6,5%, respectivamente.

Figura 1

Histograma do score de bem-estar financeiro



Fonte: CVM-SPC (2019).

Tabela 2

Estatísticas descritivas e distribuições regionais dos variáveis

	Norte	Sul	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Todas as regiões
Entrevistados	66	69	136	445	84	800
(%)	8%	9%	17%	56%	10%	100%
Score (média)	49,8	47,1	49,9	47,5	51,3	47,4
Desvio-padrão	8,7	10,8	8,5	10,2	9,5	9,9
Nº residentes (média)	4	3	4	3	3	4
Mulheres	52%	43%	56%	51%	52%	51%
Desocupados	71%	42%	51%	49%	32%	49%
Percepção de inflação	61%	45%	68%	70%	79%	68%
Ensino fundamental	74%	58%	69%	59%	81%	64%
Ensino médio	17%	30%	28%	31%	12%	28%

(continua)

Tabela 2

**Estatísticas descritivas e distribuições regionais dos variáveis
(conclusão)**

	Norte	Sul	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Todas as regiões
Ensino superior	9%	12%	3%	9%	7%	8%
Faixa de renda 1	55%	29%	43%	46%	38%	44%
Faixa de renda 2	35%	36%	36%	31%	44%	34%
Faixa de renda 3	11%	30%	18%	18%	13%	18%
Faixa de renda 4	0%	4%	2%	5%	5%	4%
Empréstimo	8%	19%	11%	13%	7%	12%
Financiamento	11%	19%	10%	15%	13%	14%
Endividados*	15%	23%	15%	22%	17%	20%
Investimento	3%	10%	10%	9%	10%	9%

Fonte: Elaborada pelos autores.

* Indivíduos com empréstimo e/ou financiamento ativo.

Tabela 3

Participação por gênero nos tipos de investimento

	Mulher	Homem	Total
Conta poupança	62%	62%	62%
Fundos de investimento	4%	9%	7%
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3%	7%	5%
Ações em bolsa de valores	3%	7%	5%
Tesouro Direto	4%	5%	5%
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)/Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	3%	1%	2%
Previdência privada	8%	8%	8%
Dólar	3%	3%	3%
Ouro	1%	1%	1%
Imóveis	3%	2%	2%
Em casa	27%	27%	27%
Conta corrente	24%	22%	23%

(continua)

Tabela 3

Participação por gênero nos tipos de investimento (*conclusão*)

	Mulher	Homem	Total
Criptomoedas	1%	4%	2%
Outros	0%	1%	1%
Não sei/prefiro não responder	5%	5%	5%
Total	149%	165%	157%
Base	156	165	321

Fonte: Elaborada pelos autores.

4

METODOLOGIA E RESULTADOS

A análise desenvolvida neste estudo foi baseada em diferentes especificações do modelo de regressão linear. Os modelos estimados contemplam as variáveis descritas na seção anterior e em suas interações, que expressam características específicas destacadas. O intuito é investigar os efeitos de variáveis chave sobre o BEF, como renda, escolaridade, idade, número de residentes etc. Buscou-se retratar nos modelos possíveis diferenciais de BEF entre gênero, nível de renda e escolaridade nas cinco regiões consideradas no estudo.

Tabela 4

Estimações dos modelos para o score de bem-estar financeiro

Variável dependente: score						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
trabalhando	0.053***	0.050***	0.046***	0.044***	0.045***	0.042***
	(0,016)	(0,015)	(0,016)	(0,016)	(0,016)	(0,016)
age	0.001**	0.001**	0.001**	0.001**	0.001**	0.001**
	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)
renda2	0,017	0,001	0,003	0,0003	0,0002	-0,001
	(0,025)	(0,026)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)

(continua)

Tabela 4

Estimações dos modelos para o score de bem-estar financeiro (conclusão)

Variável dependente: score						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
renda3	0,024	0,001	0,001	-0,006	-0,006	-0,006
	(0,026)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)
renda4	0.073***	0.051*	0.047*	0,044	0,041	0,042
	(0,026)	(0,028)	(0,028)	(0,028)	(0,028)	(0,027)
renda5	0.104***	0.115***	0.105***	0.096***	0.097***	0.094***
	(0,029)	(0,027)	(0,028)	(0,028)	(0,028)	(0,028)
renda6	0.098*	0.135**	0.121**	0.101*	0.105**	0.100*
	(0,051)	(0,053)	(0,052)	(0,052)	(0,053)	(0,053)
renda7	0.134***	0.173***	0.165***	0.133***	0.127***	0.122***
	(0,034)	(0,038)	(0,038)	(0,040)	(0,040)	(0,040)
renda8	0.270***	0.318***	0.305***	0.273***	0.270***	0.263***
	(0,059)	(0,064)	(0,064)	(0,059)	(0,058)	(0,057)
residentes	-0.012*	-0.012**	-0.012**	-0.011*	-0.011*	-0.010*
	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)
ens_med		-0.058***	-0.069***	-0.073***	-0.065***	-0.064***
		(0,021)	(0,021)	(0,021)	(0,022)	(0,022)
ens_sup		-0.088**	-0.103**	-0.127***	-0.117**	-0.114**
		(0,042)	(0,043)	(0,046)	(0,047)	(0,047)
rotativo			0.041**	0.036**	0.043**	0.042**
			(0,019)	(0,018)	(0,018)	(0,018)
inv_sofist				0.093***	0.091***	0.090***
				(0,026)	(0,026)	(0,026)
endiv					-0.037*	-0.038*
					(0,021)	(0,021)
gender						-0.027*
						(0,015)
Constant	3.777***	3.813***	3.806***	3.806***	3.804***	3.821***
	(0,037)	(0,039)	(0,040)	(0,039)	(0,039)	(0,039)

Fonte: Elaborada pelos autores.

*p < 0.1; **p < 0.05; ***p < 0.01.

A Tabela 4 mostra os resultados das estimações baseadas nos dados agregados na dimensão regional. A sequência de especificações seguiu a seguinte lógica em termos da agregação dos controles: (1) características individuais, domiciliares e renda. O modelo contempla as variáveis idade, número de residentes no mesmo domicílio, trabalho (ocupação) e nível renda. A faixa de renda 1 (zero a um salário-mínimo) foi adotada como nível-base para avaliar o fator renda. Dessa forma, os parâmetros estimados para os demais níveis de renda representam os efeitos diferenciais de renda em relação ao nível-base; (2) formação educacional: níveis educacionais fundamental, médio e superior, tomando-se como nível-base o primeiro; (3) acesso a modalidades de crédito rotativo (cartão de crédito e cheque especial); (4) acesso a investimento mais sofisticados que a caderneta de poupança; e (5) endividamento, considerando os empréstimos e financiamentos ativos.

Os resultados revelam efeitos crescentes do nível de renda sobre o BEF do brasileiro. No modelo (1), que considera as variáveis de trabalho, idade, renda e o número de residentes, os efeitos diferenciais revelam-se crescentes à medida que se avança nas faixas de renda e significantes a partir da faixa de renda 4. Para essa faixa, a diferença foi de aproximadamente 7,3%; para a faixa de renda 5, foi de 10,4%. Já para as faixas de renda 6, 7 e 8 observou-se aumentos aproximados de, respectivamente, 9,8%, 13,4% e 27,0%. Esses resultados acompanham as previsões de que a renda geralmente influencia positivamente o “interesse financeiro” das pessoas e conduz a taxas de poupança mais elevadas (Donkers & Van Soest, 1999; Beverly & Sherraden, 1999). Ainda, segundo Beverly e Sherraden (1999), o acesso limitado às instituições financeiras e a mecanismos institucionalizados de poupança e educação financeira restringem o incentivo à poupança às famílias de baixa renda. Além disso, observou-se um aumento aproximado de 5,3% para os indivíduos que exercem alguma atividade profissional; um efeito discreto de 0,1%, em média, da idade sobre BEF do brasileiro e um efeito de -1,2% do número de residentes.

De acordo com o estudo de Binswanger e Carman (2012), para os Estados Unidos, possuir diploma universitário ou formação avançada além da graduação possui um efeito significativo sobre a acumulação de riqueza. A adição do controle formação educacional apresentou um efeito com sinal diferente do esperado, com coeficiente de -5,8% para os indivíduos com ensino médio e de -8,8% para os indivíduos com formação superior em comparação com os indivíduos com ensino fundamental. Esses resultados podem indicar, no entanto, que, feito o controle pela renda, um nível educacional maior pode levar a uma preocupação maior com problemas financeiros. A especificação (6) incluiu o acesso ao crédito rotativo (cartão de crédito e cheque especial), que

mostrou um efeito positivo, de 4,2% sobre o BEF; a posse de investimentos mais sofisticados, com efeito também positivo, de 9,0%; o endividamento, isto é, a presença de empréstimos e financiamentos ativos, com efeito negativo de 3,8%; e o gênero, indicando um nível mais baixo do BEF das mulheres em relação aos homens. Os resultados sobre a posse de investimentos mais sofisticados, tomados como uma *proxy* da educação financeira, reforçam os resultados obtidos por Taft et al. (2013). A estimativa indica que, controlando por todos os atributos considerados no modelo (8), o BEF entre as mulheres brasileiras é, em média, 2,7% menor que o BEF dos homens. Trabalhos anteriores indicam que o menor BEF verificado entre as mulheres pode estar relacionado à maior aversão ao risco (Finucane et al., 2000; Flynn et al., 1994; Slovic, 1987; Weber et al., 2002); e devido às mulheres geralmente apresentarem níveis de conhecimento financeiro menores que os homens (Lusardi & Mitchell, 2007a, 2007b, 2014). Outros estudos indicam que as mulheres são mais inseguras na tomada de decisões financeiras comparativamente aos homens (Bucher-Koenen & Lusardi, 2011). Gerrans et al. (2014) indicam que o conhecimento financeiro gera maior satisfação para os homens. A explicação da natureza desse resultado foge do escopo deste trabalho. No entanto, nossa interpretação para o caso brasileiro é que uma vez que estão sendo considerados homens e mulheres com os mesmos atributos, um dos possíveis fatores pode estar no crescimento da responsabilidade no custeio doméstico pelas mulheres em comparação aos homens nas famílias brasileiras. Segundo dados da pesquisa *Retratos da desigualdade de gênero e raça*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a taxa de crescimento anual média de mulheres assumindo a chefia das famílias foi de 6,31% entre os anos de 1995 e 2015.

Os indícios de níveis de BEF inferiores para as mulheres motivaram a análise entre grupos envolvendo gênero e nível de renda. Os resultados são mostrados na Tabela 5. Consideramos sete especificações do modelo para o logaritmo do *score* para avaliar as hipóteses de (a) efeitos diferenciados do nível de renda sobre o BEF entre homens e mulheres e (b) efeitos diferenciados da renda sobre o BEF entre indivíduos do mesmo sexo. Foram utilizadas variáveis *dummy* de interação envolvendo o gênero do entrevistado com os quatro níveis de renda considerados na pesquisa. O grupo homem com renda inferior a dois salários-mínimos (nível 1) foi escolhido como grupo-base. Dessa forma, os parâmetros relativos às *dummies* homens&renda(i) e mulher&renda(i) na Tabela 5 revelam os diferenciais estimados do efeito da renda para os níveis $i = 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7$ e 8 para cada gênero em relação ao grupo-base (homens no nível de renda 1).

Tabela 5

Estimações considerando efeitos diferenciais por gênero

Variável dependente: score						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
male&renda2	-0,023	-0,034	-0,03	-0,033	-0,034	-0,034
	(0,037)	(0,038)	(0,038)	(0,038)	(0,038)	(0,038)
male&renda3	-0,016	-0,035	-0,031	-0,035	-0,035	-0,035
	(0,036)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)
male&renda4	0,036	0,021	0,021	0,014	0,013	0,013
	(0,036)	(0,038)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)
male&renda5	0.105***	0.113***	0.105***	0.099***	0.098***	0.098***
	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,036)	(0,036)
male&renda6	0,079	0.121**	0.112**	0,095	0.099*	0.099*
	(0,051)	(0,056)	(0,055)	(0,058)	(0,058)	(0,058)
male&renda7	0.108**	0.146***	0.139***	0.102**	0.098*	0.098*
	(0,046)	(0,048)	(0,048)	(0,051)	(0,050)	(0,050)
male&renda8	0.242***	0.287***	0.279***	0.243***	0.242***	0.242***
	(0,076)	(0,079)	(0,078)	(0,074)	(0,072)	(0,072)
female&renda1	-0.069*	-0.062*	-0,058	-0,056	-0,057	-0,057
	(0,037)	(0,038)	(0,038)	(0,037)	(0,037)	(0,037)
female&renda2	-0,022	-0,034	-0,03	-0,031	-0,031	-0,031
	(0,035)	(0,036)	(0,036)	(0,036)	(0,035)	(0,035)
female&renda3	-0,015	-0,033	-0,03	-0,039	-0,039	-0,039
	(0,036)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)
female&renda4	0,032	0,013	0,011	0,012	0,007	0,007
	(0,036)	(0,038)	(0,037)	(0,037)	(0,037)	(0,037)
female&renda5	0,016	0,036	0,03	0,018	0,02	0,02
	(0,047)	(0,044)	(0,045)	(0,045)	(0,045)	(0,045)
female&renda6	0,023	0,051	0,04	0,013	0,016	0,016
	(0,112)	(0,108)	(0,106)	(0,098)	(0,099)	(0,099)
female&renda7	0,074	0.114**	0.113**	0,089	0,079	0,079
	(0,050)	(0,052)	(0,056)	(0,058)	(0,060)	(0,060)
female&renda8	0.208**	0.258***	0.247***	0.220***	0.211***	0.211***
	(0,085)	(0,094)	(0,094)	(0,080)	(0,079)	(0,079)
trabalhando	0.051***	0.049***	0.045***	0.043***	0.044***	0.044***
	(0,016)	(0,016)	(0,016)	(0,016)	(0,016)	(0,016)

(continua)

Tabela 5

Estimações considerando efeitos diferenciais por gênero (*conclusão*)

Variável dependente: score						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
age	0.001**	0.001**	0.001*	0.001**	0.001**	0.001**
	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)
residentes	-0.011*	-0.012**	-0.012*	-0.011*	-0.010*	-0.010*
	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)
ens_med		-0.056***	-0.066***	-0.070***	-0.062***	-0.062***
		(0,021)	(0,021)	(0,021)	(0,022)	(0,022)
ens_sup		-0.080*	-0.094**	-0.118***	-0.109**	-0.109**
		(0,041)	(0,042)	(0,045)	(0,046)	(0,046)
rotativo			0.038**	0.034*	0.040**	0.040**
			(0,019)	(0,018)	(0,018)	(0,018)
inv_sofist				0.096***	0.094***	0.094***
				(0,027)	(0,027)	(0,027)
endiv					-0.037*	-0.037*
					(0,021)	(0,021)
Constant	3.823***	3.853***	3.843***	3.842***	3.841***	3.841***
	(0,042)	(0,044)	(0,044)	(0,044)	(0,043)	(0,043)

Fonte: Elaborada pelos autores.

* $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

Nos modelos (1) a (5), os resultados mostraram indícios de efeitos distintos entre os níveis de renda 5, 7 e 8 para os homens e apenas no nível de renda 8 para as mulheres – nas especificações (2) e (3), as diferenças para mulheres com relação ao grupo-base aparecem no nível de renda 7. Esses resultados mantiveram-se nos testes de significância conjunta¹. Sob este resultado, somente as mulheres com nível de renda superior a dez salários-mínimos possuem, em média, um nível de BEF superior aos dos homens com nível de renda entre zero e dois salários-mínimos. Já entre os homens, o diferencial

1 As estatísticas Wald(homem) e Wald(mulher) na Tabela 6 refletem o teste conjunto para a hipótese de não haver diferenças entre os efeitos dos quatro níveis de renda sobre o BEF para os homens e mulheres, respectivamente.

de BEF é percebido a partir do terceiro nível de renda, que varia de cinco e dez salários-mínimos.

A Tabela 6 contempla os modelos envolvendo isoladamente as cinco regiões do país. O grupo-base foi definido a partir da região Sudeste. Os resultados indicam que, partindo dos mesmos controles das estimações anteriores, os indivíduos das regiões Sudeste e Sul apresentam, em média, níveis mais elevados de BEF em comparação aos moradores da região Norte. Nessa análise, com exceção dos grupos de renda 2 e renda 3, todos os controles utilizados se mostraram relevantes para o BEF para diferentes níveis de significância em 1% e 10%.

Tabela 6

Estimações considerando diferenças regionais

Variável dependente: score						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
NE	-0,027	-0,029	-0,030	-0,035	-0,036	-0,033
	(0,032)	(0,032)	(0,032)	(0,032)	(0,032)	(0,032)
CO	-0,018	-0,023	-0,025	-0,028	-0,027	-0,025
	(0,034)	(0,034)	(0,034)	(0,034)	(0,034)	(0,034)
S	-0.119***	-0.117***	-0.121***	-0.121***	-0.120***	-0.121***
	(0,038)	(0,039)	(0,038)	(0,038)	(0,038)	(0,038)
SE	-0.092***	-0.090***	-0.088***	-0.089***	-0.088***	-0.086***
	(0,030)	(0,030)	(0,030)	(0,030)	(0,030)	(0,030)
trabalhando	0.056***	0.054***	0.050***	0.048***	0.049***	0.046***
	(0,016)	(0,015)	(0,016)	(0,016)	(0,016)	(0,016)
age	0.001**	0.001**	0.001**	0.001**	0.001**	0.001**
	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)	(0,001)
renda 2	0,011	-0,001	0,0004	-0,002	-0,002	-0,003
	(0,025)	(0,026)	(0,026)	(0,026)	(0,026)	(0,026)
renda 3	0,018	-0,001	0,0002	-0,006	-0,006	-0,006
	(0,025)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)
renda 4	0.068***	0.050*	0.047*	0,044	0,042	0,042
	(0,026)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)	(0,027)
renda 5	0.106***	0.118***	0.109***	0.101***	0.101***	0.099***
	(0,029)	(0,028)	(0,028)	(0,028)	(0,028)	(0,028)

(continua)

Tabela 6

Estimações considerando diferenças regionais (*conclusão*)

Variável dependente: score						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
renda 6	0.113**	0.146***	0.133**	0.114**	0.118**	0.112**
	(0,051)	(0,053)	(0,053)	(0,053)	(0,053)	(0,053)
renda 7	0.146***	0.182***	0.175***	0.145***	0.139***	0.134***
	(0,033)	(0,037)	(0,038)	(0,039)	(0,040)	(0,040)
renda 8	0.280***	0.325***	0.314***	0.283***	0.281***	0.274***
	(0,061)	(0,066)	(0,065)	(0,061)	(0,059)	(0,059)
residentes	-0.014**	-0.015**	-0.014**	-0.014**	-0.013**	-0.013**
	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)	(0,006)
ens_med		-0.048**	-0.059***	-0.063***	-0.056**	-0.054**
		(0,021)	(0,021)	(0,021)	(0,022)	(0,022)
ens_sup		-0.083**	-0.097**	-0.121***	-0.112**	-0.108**
		(0,041)	(0,043)	(0,046)	(0,047)	(0,046)
rotativo			0.037**	0.034*	0.039**	0.039**
			(0,018)	(0,018)	(0,018)	(0,018)
inv_sofist				0.087***	0.086***	0.085***
				(0,027)	(0,026)	(0,026)
endiv					-0,034	-0.035*
					(0,021)	(0,021)
gender						-0.028*
						(0,015)
Constant	3.855***	3.885***	3.878***	3.879***	3.877***	3.894***
	(0,045)	(0,048)	(0,048)	(0,048)	(0,048)	(0,048)

Fonte: Elaborada pelos autores.

* $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar possíveis fatores determinantes do BEF. Controlando pelo nível de renda, os resultados indicam que indivíduos que manifestadamente possuem aplicações financeiras em ativos mais sofisticados apresentam um nível de BEF superior aos indivíduos que guardam recursos

utilizando formas tradicionais. Esse resultado indica que o BEF pode estar diretamente relacionado ao nível de “letramento financeiro”, isto é, com sua educação financeira.

O estudo gerou resultados que confirmam indicações de pesquisas anteriores de que a renda é o fator de maior importância no BEF. Indivíduos com maior renda apresentaram níveis crescentes de BEF. A análise entre grupos de renda e gênero revelou indícios de que somente as mulheres com nível de renda superior a dez salários-mínimos possuem, em média, um nível de BEF superior ao dos homens com nível de renda entre zero e dois salários-mínimos. Embora sejam necessárias maiores investigações sobre esse resultado, supõe-se que essa diferença de BEF possa ser explicada pela composição da cesta de bens e serviços consumidos pelas mulheres em comparação com os homens e, ainda, pelas responsabilidades financeiras familiares crescentes que a mulher vem assumindo em maior grau nas últimas décadas no país.

Outras variáveis foram testadas nos modelos, como o acesso ao crédito rotativo e o endividamento. De acordo com os resultados, o acesso ao rotativo tem um impacto positivo sobre o nível de bem-estar, diferentemente do que se observa com o endividamento. No que se refere às diferenças regionais, os modelos estimados mostraram que, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o nível médio de BEF superou o da região Sudeste. A exemplo dos resultados regionais, a variável *dummy* para a escolaridade também apresentou resultados diferentes dos esperados.

Estudos adicionais poderão contribuir para o entendimento do impacto da escolaridade e das peculiaridades regionais no nível de BEF. A disponibilidade de novas sondagens possibilitará a consolidação dos resultados, além de permitir compreender se a pandemia da *coronavirus disease 2019* (Covid-19) impactou o BEF do brasileiro.

EXPLORING THE DETERMINANTS OF FINANCIAL WELL-BEING IN BRAZIL

Abstract

This study addresses the determinants of financial well-being in Brazil by estimating the effects of individual characteristics, investments, and socioeconomic variables. The research was based on the Securities and Exchange Commission/

Credit Protection Service (Comissão de Valores Mobiliários/Serviço de Proteção ao Crédito [CVM-SPC]) data survey carried out in 2019, which involved the main metropolitan regions of the country. By the identification of demanded financial products, we found signs of the importance of financial literacy on Brazilians, financial well-being. The results support the hypothesis that income is one of the main determinants of financial well-being and it also indicate clear evidence of differences in financial well-being between genders. Regional and educational aspects presented different results than expected, revealing that regional economic aspects are relevant in determining Brazilians, financial well-being.

Keywords: financial well-being; financial literacy; behavioral finance; personal finance; socioeconomic variables.

Referências

- Beverly, S. G., & Sherraden, M. (1999). Institutional determinants of saving: Implications for low-income households and public policy. *Journal of Behavioral and Experimental Economics (formerly The Journal of Socioeconomics)*, 28(4), 457–473.
- Binswanger, J., & Carman, K. G. (2012). How real people make long-term decisions: The case of retirement preparation. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 81(1), 39–60. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2011.08.010>
- Brüggen, E. C., Hogreve, J., Holmlund, M., Kabadayi, S., & Löfgren, M. (2017). Financial well-being: A conceptualization and research agenda. *Journal of Business Research*. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013>
- Bucher-Koenen, T., & Lusardi, A. (2011). Financial literacy and retirement planning in Germany. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 565–584. <https://doi.org/10.1017/S1474747211000485>
- Campara, J. P., Vieira, K. M., & Potrich, A. C. G. (2017). Satisfação global de vida e bem-estar financeiro: Desvendando a percepção de beneficiários do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 182–200.
- Chen, H., & Volpe, R. P. (1998). An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, 7(2), 107–128.
- Delafrooz, N., & Paim, L. H. (2011). Determinants of financial wellness among Malaysia workers. *African Journal of Business Management*, 5(24), 10092–10100.
- Diniz, A. P. C., Vieira, K. M., & Potrich, J. P. C. (2014). Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro: um estudo do comportamento maranhense. *Revista Uniaubeu*, 7(17), 218–234.

Donkers, B., & Van Soest, A. (1999). Subjective measures of household preferences and financial decisions. *Journal of Economic Psychology*, 20(6), 613–642. [https://doi.org/10.1016/S0167-4870\(99\)00027-6](https://doi.org/10.1016/S0167-4870(99)00027-6)

Dowling, N. A., Tim, C., & Hoiles, L. (2009). Financial management practices and money attitudes as determinants of financial problems and dissatisfaction in young male Australian workers. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 20(2).

Finucane, M. L., Alhakami, A., Slovic, P., & Johnson, S. M. (2000). The affect heuristic in judgments of risks and benefits. *Journal of Behavioral Decision Making*, 13(1), 1–17.

Flynn J., Slovic, P., & Mertz, C. K. (1994). Gender, race, and perception of environmental health risks. *Risk Analysis*, 14(6), 1101–1108.

Gardarsdóttir, R. B., & Dittmar, H. (2012). The relationship of materialism to debt and financial wellbeing: The case of Iceland's perceived prosperity. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 471–481.

Gerrans, P., Speelman, C., & Campitelli, G. (2014). The relationship between personal financial wellness and financial wellbeing: A structural equation modelling approach. *Journal of Family and Economic Issues*, 35(2), 145–160. <https://doi.org/10.1007/s10834-013-9358-z>

Goldsmith, E. B. (2000). *Resource management for individual and family*. Wadsworth Learning.

Grable, J. E., Joo, S.-H. (2004). Environmental and biopsychosocial factors associated with financial risk tolerance. *Financial Counseling and Planning*, 15(1), 73–82.

Grable, J. E., Joo, S. H., & Park, J. (2015). Exploring the antecedents of financial behavior for asians and non-hispanic whites: The role of financial capability and locus of control. *Journal of Personal Finance*, 14(1), 28–37.

Gutter, M., & Copur, Z. (2011). Financial behaviors and financial well-being of college students: Evidence from a national survey. *Journal of Family and Economic Issues*, 32(4), 699–714. <https://doi.org/10.1007/s10834-011-9255-2>

Johnson, E., & Sherraden, M. S. (2007). From financial literacy to financial capability among youth. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 34(1), 119–145.

Joo, S. H. & Grable, J. (2004). An exploratory framework of the determinants of financial satisfaction. *Journal of Family and Economic Issues*, 25, 25–50. <https://doi.org/10.1023/B:JEEI.0000016722.37994.9f>

Kahneman, D., & Krueger, A. B. (2006). Developments in the measurement of subjective well-being. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), 3–24.

Kim, J., Garman, E. T., & Sorhaindo, B. (2003). Relationships among credit counseling clients' financial well-being, financial behaviors, financial stressor events, and health. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 14(2). <https://ssrn.com/abstract=2265623>

- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2007a). Baby boomer retirement security: the roles of planning, financial literacy, and housing wealth. *Journal of Monetary Economics*, 54(1), 205–224. <https://doi.org/10.1016/j.jmoneco.2006.12.001>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2007b). *Financial literacy and retirement planning: New evidence from the Rand American Life Panel*. Michigan Retirement Research Center Paper No. WP 2007–157. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1095869>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5–44. <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>
- Lusardi, A., Mitchell, O. S., & Curto, V. (2010). Financial literacy among the young. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 358–380. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01173.x>
- Malone, K., Stewart, S. D., Wilson, J., & Korsching, P. F. (2010). Perceptions of financial well-being among American women in diverse families. *Journal of Family and Economic Issues*, 31, 63–81. <https://doi.org/10.1007/s10834-009-9176-5>
- Netemeyer, R. G., Warmath, D., Fernandes, D., & Lynch, J., Jr. (2018). How am I doing? Perceived financial well-being, its potential antecedents, and its relation to overall well-being. *Journal of Consumer Research*, 45(1), 68–89.
- Penn, D. (2009). Financial well-being in an urban area: An application of multiple imputation. *Applied Economics*, 41(23), 2955–2964.
- Plagnol, A. C. (2011). Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. *Journal of Economic Psychology*, 32(1), 45–64.
- Ponchio, M. C., Cordeiro, R. A., & Gonçalves, V. N. (2020). Validação da escala *Perceived Financial Well-Being* no contexto brasileiro. *Revista Interdisciplinar em Marketing*, 10(1), 17–26.
- Prawitz, A. D., Garman, E. T., Sorhaindo, B., Neill, B. O., & Kim, J. (2006). IFDFW scale article. *Financial Counseling Planning*, 17, 34–50. <https://doi.org/10.1037/t60365-000>
- Rabbani, A., Heo, W., & Grable, J. E. (2021). The role of financial literacy in describing the use of professional financial advisors before and during the COVID-19 pandemic. *Journal of Financial Services Marketing*, 26, 226–236. <https://doi.org/10.1057/s41264-021-00109-w>
- Shim, S., Xiao, J. J., Barber, B. L., & Lyons, A. C. (2009). Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(1), 708–723.
- Shockey, S. S. (2002). *Low-wealth adults financial literacy, money management behavior and associates factors, including critical thinking* [Doctoral dissertation]. Ohio State University.
- Slovic, P. (1987). Perception of risk. *Science*, 236(4799), 280–285.
- Taft, M. K., Hosein, Z. Z., & Mehrizi, S. M. T. (2013). The relation between financial literacy, financial wellbeing and financial concerns. *International Journal of Business and Management*, 8(11), 63–75. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v8n11p63>

Van Rooij, M. C. J., Lusardi, A., & Alessie, R. J. M. (2011). Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. *Journal of Economic Psychology*, 32(4), 593–608.

Vitt, L. A. (2004). Consumers' financial decisions and the psychology of values. *Journal of Financial Service Professionals*, 58, 68–77. <http://www.isfs.org/documents-pdfs/jfsp-vitt-article-11-04.pdf>

Weber, E. U., Blais, A.-R., & Betz, N. E. (2002). A domain-specific risk-attitude scale: measuring risk perceptions and risk behaviors. *Journal of Behavioral Decision Making*, 15(4), 263–290. <https://doi.org/10.1002/bdm.414>

Williams, F. L., Haldeman, V., & Cramer, S. (1996). Financial concerns and productivity. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 7, 147–156.

APÊNDICE 1

Variáveis explicativas contempladas no estudo*					
Atributos pessoais			Região		
Variável	Tipo†	Observação	Variável	Tipo†	Observação
Idade	Numérica	anos	Nordeste	Dummy	= 1, se morador da região Nordeste.
Mulher	Dummy	= 1, se mulher; = 0, se homem.	Sudeste	Dummy	= 1, se morador da região Sudeste.
Residentes	Numérica	Total de moradores conjuntos.	Norte	Dummy	= 1, se morador da região Norte.
Emprego	Dummy	= 1, se empregado; = 0, se desempregado.	Centro-Oeste	Dummy	= 1, se morador da região Centro-Oeste.
Ocupação	Dummy	= 1, se formal; = 0, se informal.	Sul	Dummy	= 1, se morador da região Sul.
Nível educacional			Dívida		
Variável	Tipo†	Observação	Variável	Tipo†	Observação
Fundamental	Dummy	= 1, até médio incompleto.	Empréstimo	Dummy	= 1, se sim; = 0, se não.
Médio	Dummy	= 1, até superior incompleto.	Financiamento	Dummy	= 1, se sim; = 0, se não.
Superior	Dummy	= 1, até pós-graduação.	Endividamento	Dummy	= 1, se sim; = 0, se não.
Renda			Crédito		
Variável	Tipo†	Observação	Variável	Tipo†	Observação
Renda 1	Dummy	De zero a dois salários-mínimos.	Cheque especial	Dummy	= 1, se sim; = 0, se não.
Renda 2	Dummy	De dois a cinco salários-mínimos.	Cartão de crédito	Dummy	= 1, se sim; = 0, se não.
Renda 3	Dummy	De cinco a dez salários-mínimos.	Rotativo	Dummy	= 1, se sim; = 0, se não.
Renda 4	Dummy	Superior a dez salários-mínimos.			

(continua)

Investimentos		
Variável	Tipo†	Observação
Poupança	Dummy	= 1, se aplicador em caderneta de poupança.
Fundo de investimento	Dummy	= 1, se aplicador em fundos de investimentos.
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Dummy	= 1, se aplicador em CDB/Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
Ações	Dummy	= 1, se aplicador em ações.
Tesouro Direto	Dummy	= 1, se aplicador no Tesouro Direto.
Letras	Dummy	= 1, se aplicador em Letra de Crédito Imobiliário (LCI)/Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).
Previdência	Dummy	= 1, se aplicador em previdência privada.
Dólar	Dummy	= 1, se aplicador em dólar.
Ouro	Dummy	= 1, se aplicador em ouro.
Imóveis	Dummy	= 1, se aplicador em imóveis.
Em casa	Dummy	= 1, se guarda recursos em casa.
Conta corrente	Dummy	= 1, se mantém recursos em conta corrente.
Criptomoedas	Dummy	= 1, se aplicador em criptomoedas.
Não sei	Dummy	= 1, se declarou desconhecer.
Não tem investimento	Dummy	= 1, se não investidor.
Investimentos sofisticados	Dummy	= 1, se aplicador em fundos, CDBs, ações, Tesouro Direto, Letras, previdência privada, dólar, imóveis, ouro.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota: * algumas variáveis foram consideradas alternativamente nos modelos; † dummy: variável binária 0 ou 1.